



O papel da vigilância sanitária no controle de qualidade e segurança dos alimentos comercializados em mercados informais em angola: desafios e perspectivas da aniesa

Celestino José Taca¹

Resumo: Este estudo analisa o papel da vigilância sanitária no controle da qualidade e da segurança dos alimentos comercializados em mercados informais em Angola, com ênfase nos desafios e nas perspectivas da atuação da Autoridade Nacional de Inspeção Económica e Segurança Alimentar (ANIESA). Os mercados informais desempenham função central no abastecimento alimentar da população angolana e na geração de renda para milhares de famílias, porém operam, em grande parte, sob condições precárias de higiene, armazenamento, conservação e manipulação dos alimentos, o que amplia os riscos à saúde pública. A pesquisa tem como objetivo compreender de que modo a vigilância sanitária tem contribuído para o enfrentamento desses riscos e quais limites estruturais, institucionais e socioculturais condicionam a efetividade de sua atuação. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise documental de estudos científicos, relatórios institucionais e legislação angolana publicados entre 2020 e 2026. Os resultados indicam que a criação da ANIESA representou importante avanço institucional ao fortalecer o aparato regulatório e fiscalizador no país. Contudo, persistem entraves significativos, como a dispersão territorial dos mercados, a precariedade infraestrutural, a escassez de recursos humanos e técnicos, a fiscalização intermitente e a resistência de parte dos comerciantes à formalização. Conclui-se que a efetividade da vigilância sanitária nos mercados informais angolanos depende de uma abordagem integrada, que articule fiscalização, educação sanitária, melhoria das infraestruturas, fortalecimento institucional e cooperação intersetorial, a fim de assegurar a segurança alimentar e proteger a saúde coletiva.

Palavras-chave: Angola; ANIESA; mercados informais; segurança alimentar; vigilância sanitária.

¹ Mestrando em Educação de Jovens e Adultos, pela Universidade do Estado da Bahia. Mestre em Psicologia Clínica da Saúde na Universidade Atlântica Europeia- Espanha. Grupo de Pesquisa em Gestão em Educação de Jovens e Adultos (GEPEJA/UNEB) e Grupo de Pesquisa em Gestão, Políticas Públicas e Tecnologia em Educação. E-mail: celestinojostaca@gmail.com;

THE ROLE OF HEALTH SURVEILLANCE IN THE QUALITY CONTROL AND SAFETY OF FOOD SOLD IN INFORMAL MARKETS IN ANGOLA: CHALLENGES AND PERSPECTIVES OF ANIESA

Abstract: This study analyzes the role of health surveillance in controlling the quality and safety of food sold in informal markets in Angola, with emphasis on the challenges and prospects related to the performance of the National Authority for Economic Inspection and Food Safety (ANIESA). Informal markets play a central role in food supply and income generation for a large part of the Angolan population; however, they often operate under precarious conditions of hygiene, storage, preservation, and food handling, increasing risks to public health. The study aims to understand how health surveillance has contributed to addressing these risks and which structural, institutional, and sociocultural limitations affect the effectiveness of its actions. Methodologically, this is a qualitative, exploratory, and descriptive study based on bibliographic review and documentary analysis of scientific studies, institutional reports, and Angolan legislation published between 2020 and 2026. The findings indicate that the creation of ANIESA represented an important institutional advance by strengthening the country's regulatory and inspection framework. Nevertheless, significant obstacles remain, such as the territorial dispersion of informal markets, poor infrastructure, shortage of human and technical resources, intermittent inspection, and the resistance of some vendors to formalization. It is concluded that the effectiveness of health surveillance in Angolan informal markets depends on an integrated approach that combines inspection, sanitary education, infrastructure improvement, institutional strengthening, and intersectoral cooperation in order to ensure food safety and protect collective health.

Keywords: Angola; ANIESA; food safety; health surveillance; informal markets.

INTRODUÇÃO

A segurança dos alimentos constitui dimensão estruturante das políticas públicas de saúde, na medida em que se relaciona diretamente com a prevenção de agravos, a proteção do consumidor e a promoção de condições dignas de vida. Em países nos quais os circuitos informais de comercialização assumem centralidade no abastecimento alimentar, essa temática adquire complexidade ainda maior, pois envolve a articulação entre regulação sanitária, dinâmicas socioeconômicas e garantia de acesso da população a alimentos em condições adequadas de qualidade. Em Angola, os mercados informais ocupam posição estratégica nesse processo, uma vez que asseguram o fornecimento cotidiano de produtos alimentícios a expressivos contingentes populacionais, especialmente em contextos urbanos e periurbanos marcados por desigualdade social, desemprego e fragilidade infraestrutural. Contudo, a relevância econômica e social desses espaços não elimina as vulnerabilidades que os atravessam, sobretudo no que concerne às condições de higiene, conservação, armazenamento e manipulação dos alimentos, fatores que potencializam a ocorrência de doenças transmitidas por alimentos e ampliam os riscos à saúde coletiva.

Nessa perspectiva, a vigilância sanitária assume papel fundamental enquanto campo de ação estatal orientado à prevenção, redução e controle de riscos decorrentes da produção, circulação e consumo de bens de interesse à saúde. Mais do que uma atividade de natureza estritamente fiscalizatória, a vigilância sanitária deve ser compreendida como um dispositivo institucional de regulação, monitoramento, educação e proteção social, cuja finalidade consiste em assegurar padrões mínimos de qualidade e segurança nos alimentos disponibilizados à população. Conforme assinalam Braga e Peixoto (2020), sua atuação ultrapassa a dimensão coercitiva e incorpora funções preventivas e pedagógicas, indispensáveis à promoção da saúde pública. No campo específico da alimentação, tal atuação articula-se ao conceito de segurança alimentar, entendido pela FAO (2020; 2023) como a garantia de acesso regular e permanente a alimentos suficientes, seguros e nutricionalmente adequados. Sob essa ótica, a qualidade sanitária dos alimentos comercializados em mercados informais torna-se questão central para o debate sobre saúde pública, justiça social e desenvolvimento sustentável.

No caso angolano, a criação da Autoridade Nacional de Inspeção Económica e Segurança Alimentar (ANIESA), em 2020, por meio dos Decretos Presidenciais n.º 267/20 e n.º 268/20, representa importante marco institucional no fortalecimento do controle económico e sanitário no país. A constituição desse órgão expressa uma tentativa de reorganização do aparato estatal de fiscalização, anteriormente fragmentado entre diferentes entidades, conferindo maior unidade à atuação voltada à proteção do consumidor e à segurança alimentar. Não obstante esse avanço, a efetividade da ANIESA nos mercados informais permanece tensionada por entraves diversos, entre os quais se destacam a dispersão espacial dos pontos de venda, a precariedade das infraestruturas, a insuficiência de recursos humanos e técnicos, a intermitência das inspeções e a resistência de parte dos comerciantes aos processos de formalização e regulação. Tal cenário evidencia a necessidade de examinar criticamente em que medida a vigilância sanitária tem conseguido responder às especificidades dos mercados informais angolanos e quais caminhos podem ser delineados para o fortalecimento dessa atuação.

Diante desse quadro, a presente investigação orienta-se pela seguinte questão-problema: como a vigilância sanitária, por meio da atuação da ANIESA, tem contribuído para o controle da qualidade e da segurança dos alimentos comercializados em mercados informais em Angola, e quais são os principais desafios e perspectivas para o

fortalecimento dessa atuação? A formulação dessa questão decorre do reconhecimento de que a análise dos mercados informais não pode ser reduzida a uma leitura simplificadora baseada apenas na irregularidade ou na ausência de formalização. Ao contrário, trata-se de compreender esses espaços em sua densidade social, econômica e sanitária, considerando tanto sua relevância para a subsistência das populações quanto os riscos implicados nas formas precárias de comercialização alimentar.

Em consonância com essa problemática, define-se como objetivo geral analisar o papel da vigilância sanitária no controle da qualidade e da segurança dos alimentos comercializados em mercados informais em Angola, com ênfase nos desafios e nas perspectivas da atuação da ANIESA. Desdobram-se desse propósito os seguintes objetivos específicos: a) compreender os fundamentos conceituais da vigilância sanitária e da segurança alimentar no contexto dos mercados informais; b) identificar os principais entraves estruturais, institucionais e socioculturais que condicionam a atuação da ANIESA na fiscalização desses espaços; c) discutir estratégias e possibilidades de fortalecimento da vigilância sanitária, mediante ações educativas, melhorias de infraestrutura e articulação interinstitucional.

A justificativa do estudo assenta-se, em primeiro lugar, na relevância social do tema. Em Angola, os mercados informais constituem importante via de acesso a alimentos para parcelas significativas da população, sobretudo para os segmentos socialmente vulnerabilizados, que dependem desses circuitos em razão dos preços mais acessíveis e da ampla capilaridade territorial. Entretanto, as fragilidades sanitárias observadas nesses espaços podem comprometer a inocuidade dos alimentos e afetar diretamente a saúde dos consumidores, transformando um mecanismo de abastecimento essencial em potencial vetor de riscos epidemiológicos. Em segundo lugar, o estudo justifica-se pela pertinência institucional e política da discussão, uma vez que a consolidação da ANIESA como órgão de regulação e fiscalização demanda análises que problematizem seus limites operacionais, suas possibilidades de intervenção e sua capacidade de articular controle sanitário, educação e inclusão socioeconômica. Em terceiro lugar, há uma justificativa acadêmica, pois a temática ainda carece de maior aprofundamento no contexto angolano, especialmente em abordagens que integrem o debate sobre vigilância sanitária, segurança alimentar e economia informal em perspectiva crítica e contextualizada.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa dialoga com autores e documentos que oferecem suporte analítico à compreensão do objeto investigado. Braga e Peixoto (2020) contribuem para a discussão da vigilância sanitária como prática institucional voltada à proteção e à promoção da saúde; Jaffee e Henson (2024) problematizam os limites das abordagens convencionais de segurança alimentar em mercados informais de países de baixa e média renda; Kubota et al. (2025) discutem os riscos epidemiológicos associados à comercialização de alimentos sem inspeção; Sheehama et al. (2025) destacam a relação entre conhecimento, atitudes e práticas de vendedores em mercados informais; Henriques-Tumitangua (2026) apresenta evidências empíricas sobre as condições higiênico-sanitárias em mercados angolanos; e documentos institucionais da ANIESA (2023), da OMS (2022), da FAO (2020; 2023), da UNCTAD (2024) e da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Angola (2024) subsidiam a análise do quadro normativo e político. Esses referenciais permitem compreender que os riscos sanitários presentes nos mercados informais não decorrem apenas de comportamentos individuais inadequados, mas de um conjunto de determinações estruturais, econômicas e institucionais que exigem respostas multissetoriais e sustentadas.

No que concerne à metodologia, o estudo fundamenta-se em abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise documental. A opção por essa abordagem justifica-se pela necessidade de interpretar, em profundidade, os significados, os desafios e as práticas institucionais que conformam a atuação da vigilância sanitária em mercados informais. Conforme Minayo (2021), a pesquisa qualitativa possibilita apreender processos sociais complexos, articulando dimensões normativas, institucionais e contextuais. A revisão bibliográfica contempla produções científicas publicadas entre 2020 e 2026, entre artigos, dissertações, relatórios técnicos e estudos especializados sobre vigilância sanitária, segurança alimentar, mercados informais, ANIESA e África Subsaariana. Paralelamente, a análise documental incide sobre legislação angolana, relatórios institucionais e documentos de organismos internacionais, de modo a identificar fundamentos normativos, diretrizes de atuação, entraves e perspectivas concernentes ao controle sanitário dos alimentos comercializados em mercados informais.

A relevância desta pesquisa manifesta-se em diferentes níveis. No plano científico, contribui para o aprofundamento de um campo de investigação ainda insuficientemente explorado no contexto angolano, oferecendo subsídios analíticos para a compreensão das

interfaces entre saúde pública, regulação estatal e economia informal. No plano institucional, pode auxiliar no aprimoramento das estratégias de atuação da ANIESA, ao evidenciar a necessidade de combinar fiscalização com educação sanitária, melhorias estruturais e participação comunitária. No plano social, reforça a importância de políticas públicas que considerem os mercados informais não apenas como espaços de precariedade e risco, mas também como territórios de subsistência, trabalho e abastecimento, cuja regulação deve ser construída de modo equilibrado, contextualizado e socialmente sensível. Nessa direção, compreender os limites e as possibilidades da vigilância sanitária em Angola implica reconhecer que a segurança alimentar depende tanto da observância de normas sanitárias quanto da existência de condições materiais e institucionais que tornem sua implementação efetivamente viável.

Quanto à organização textual, o artigo estrutura-se em seções articuladas entre si. Após esta introdução, apresenta-se a revisão de literatura, na qual se discutem os conceitos de vigilância sanitária e segurança alimentar, as características dos mercados informais em Angola e o arcabouço legal e institucional que sustenta a atuação da ANIESA. Em seguida, expõe-se a metodologia adotada. Posteriormente, desenvolve-se a análise da realidade dos mercados informais angolanos, com ênfase nos desafios enfrentados pela vigilância sanitária e nas estratégias possíveis para seu fortalecimento. Na sequência, procede-se à discussão dos resultados à luz do referencial teórico mobilizado. Por fim, são apresentadas as considerações finais, retomando os principais achados da investigação e apontando caminhos para o aperfeiçoamento das políticas de segurança alimentar e proteção da saúde pública em Angola.

CONCEITOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR: CARACTERÍSTICAS E IMPORTÂNCIA DOS MERCADOS INFORMAIS EM ANGOLA

A vigilância sanitária constitui um dos eixos estruturantes das políticas públicas voltadas à proteção da saúde coletiva, uma vez que compreende o conjunto de ações destinadas à prevenção, redução e eliminação de riscos capazes de comprometer o bem-estar da população. Trata-se de um campo de intervenção estatal que incide sobre processos, bens, serviços e ambientes de interesse sanitário, abrangendo atividades de fiscalização, regulamentação, monitoramento e orientação relacionadas à produção, circulação e consumo, especialmente no que se refere aos alimentos, medicamentos, produtos de uso cotidiano e espaços de uso público.

Nessa perspectiva, a vigilância sanitária configura-se como instrumento estratégico de regulação social e de promoção da saúde, cujo propósito fundamental consiste em assegurar padrões adequados de qualidade, higiene e segurança nos produtos e serviços oferecidos à população. Braga e Peixoto (2020) assinalam que a vigilância sanitária deve ser compreendida como um conjunto de práticas institucionais de natureza preventiva e interventiva, voltadas ao controle de fatores de risco presentes no ambiente, na produção de bens e na prestação de serviços. Tal compreensão amplia a noção de vigilância sanitária para além de uma atividade estritamente fiscalizatória, situando-a também como componente essencial das ações de promoção da saúde pública. Sob essa ótica, o debate contemporâneo tem enfatizado a necessidade de políticas sanitárias que articulem controle, educação e orientação social, de modo a fortalecer práticas seguras em diferentes espaços de produção, manipulação e comercialização de alimentos.

No campo da alimentação, a vigilância sanitária relaciona-se diretamente ao conceito de segurança alimentar. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2020), existe segurança alimentar quando todas as pessoas têm acesso físico e econômico, de forma contínua, a alimentos suficientes, seguros e nutricionalmente adequados, capazes de satisfazer suas necessidades alimentares e assegurar uma vida ativa e saudável. Essa definição evidencia que a segurança alimentar não se restringe à disponibilidade de alimentos, mas envolve igualmente a qualidade sanitária, as condições de produção, o armazenamento, a distribuição e as práticas de comercialização. Em razão disso, a interface entre vigilância sanitária e segurança alimentar torna-se particularmente relevante em contextos nos quais a circulação de alimentos ocorre em circuitos caracterizados por baixa regulação institucional e por fragilidades estruturais.

Essa problemática ganha maior complexidade quando se analisam os mercados informais, especialmente nos contextos urbanos e periurbanos de países africanos. Conforme argumentam Jaffee e Henson (2024), a efetividade das políticas de controle sanitário depende da capacidade institucional de acompanhar os distintos circuitos de produção e distribuição de alimentos, sobretudo aqueles marcados pela informalidade, pela baixa capacidade de rastreabilidade e pela insuficiência de infraestrutura. Os mercados informais inserem-se precisamente nesse cenário. Em geral, correspondem a espaços de comercialização realizados fora dos mecanismos formais de regulação estatal, frequentemente sem licenciamento, sem registos administrativos completos e sem acompanhamento sistemático por parte dos órgãos

de fiscalização. Nesses ambientes, é comum a atuação de vendedores autônomos, pequenos comerciantes e unidades familiares que desenvolvem suas atividades em condições estruturais limitadas.

A precariedade da infraestrutura, a ausência de equipamentos adequados para conservação dos alimentos, as dificuldades de acesso à água potável e as deficiências nos sistemas de saneamento constituem fatores que elevam a exposição a riscos sanitários. Kubota et al. (2025), ao discutirem os mercados informais, destacam que tais espaços apresentam dinâmicas próprias de organização econômica e social, caracterizadas pela flexibilidade das relações laborais e pela constante adaptação às condições locais de sobrevivência. Essa leitura permite compreender que a informalidade não deve ser interpretada apenas como ausência de regulação, mas também como expressão de estratégias econômicas construídas à margem dos dispositivos formais do Estado. Todavia, nesses contextos, a manipulação e a comercialização de alimentos frequentemente ocorrem sem acompanhamento técnico especializado, favorecendo práticas inadequadas relacionadas à higiene, ao armazenamento e à conservação dos produtos.

Em consequência, ampliam-se as probabilidades de contaminação alimentar e de ocorrência de doenças transmitidas por alimentos, configurando-se um desafio relevante para as políticas públicas de proteção da saúde coletiva. Nesse sentido, o problema sanitário presente nos mercados informais não pode ser analisado de forma isolada ou exclusivamente normativa; ao contrário, precisa ser compreendido no interior das dinâmicas sociais, econômicas e culturais que estruturam esses espaços. Tal entendimento é particularmente importante em países em desenvolvimento, onde os mercados informais desempenham funções indispensáveis no abastecimento alimentar e na geração de renda.

Apesar das fragilidades estruturais e dos riscos sanitários a eles associados, os mercados informais exercem relevante papel socioeconômico. Em várias cidades africanas, incluindo centros urbanos de Angola, esses mercados constituem pontos fundamentais de distribuição de alimentos e de subsistência para famílias em situação de vulnerabilidade econômica. Nesses ambientes circulam frutas, hortícolas, cereais, pescados, carnes e alimentos preparados, geralmente comercializados a preços mais acessíveis do que aqueles praticados nos estabelecimentos formais. Em razão disso, os mercados informais contribuem significativamente para a garantia do acesso alimentar de grupos socialmente fragilizados, especialmente em contextos urbanos marcados por desigualdade socioeconômica.

Nessa mesma direção, Adedeji e Van Der Lingen (2025) observam que os mercados informais contribuem de forma expressiva para a economia urbana, particularmente em cenários caracterizados por elevados índices de desemprego e informalidade laboral. Além de constituírem oportunidades de trabalho e geração de rendimento, esses espaços favorecem a circulação de produtos oriundos da agricultura familiar e de pequenos produtores, fortalecendo circuitos econômicos locais e ampliando as possibilidades de integração produtiva. Assim, a análise dos mercados informais no âmbito da vigilância sanitária exige uma abordagem equilibrada, capaz de reconhecer simultaneamente os riscos sanitários e a importância social e econômica desses espaços.

Diferentes estudos têm indicado que medidas exclusivamente repressivas, pautadas na eliminação ou criminalização da informalidade, não se mostram suficientes para enfrentar os desafios sanitários existentes. Ao contrário, pesquisas recentes sugerem que estratégias baseadas na integração progressiva desses mercados às políticas públicas tendem a produzir resultados mais consistentes no campo da promoção da saúde coletiva. Nessa perspectiva, a implementação de programas de educação sanitária, associada à formação de vendedores e à melhoria das condições de infraestrutura, pode contribuir significativamente para a redução dos riscos envolvidos na comercialização de alimentos nesses espaços. Tais iniciativas precisam ser acompanhadas pelo fortalecimento de mecanismos de fiscalização orientadora, capazes de articular controle regulatório e práticas educativas voltadas à promoção de hábitos seguros de manipulação, armazenamento e comercialização.

Sob esse enfoque, a vigilância sanitária deixa de ser concebida apenas como instrumento punitivo e passa a assumir também uma função pedagógica e preventiva. Ao incentivar práticas adequadas de higiene e segurança alimentar entre comerciantes informais, o poder público pode atuar simultaneamente na proteção da saúde da população e na valorização das atividades econômicas que asseguram a subsistência de amplos segmentos sociais. Desse modo, compreender os conceitos de vigilância sanitária e segurança alimentar no contexto dos mercados informais implica reconhecer a complexidade das relações sociais, econômicas e sanitárias que os atravessam. A articulação entre regulação estatal, educação sanitária e inclusão socioeconômica apresenta-se, portanto, como caminho promissor para a construção de sistemas alimentares mais seguros, acessíveis e sustentáveis.

DESAFIOS REGIONAIS EM ANGOLA E NA ÁFRICA SUBSAARIANA: A ANIESA E O ARCABOUÇO LEGAL EM ANGOLA

A análise dos desafios enfrentados por Angola e por outros países da África Subsaariana no âmbito da regulação econômica e sanitária evidencia a persistência de limitações estruturais associadas à informalidade comercial. Tais limitações interferem diretamente na proteção do consumidor, na segurança alimentar e na garantia da qualidade dos produtos disponibilizados à população. Em Angola, esse quadro tem impulsionado o fortalecimento do aparato jurídico e institucional voltado à regulação econômica e ao controle das práticas comerciais, destacando-se, nesse contexto, a atuação da Autoridade Nacional de Inspeção Econômica e Segurança Alimentar (ANIESA), responsável pela fiscalização das atividades econômicas, pelo acompanhamento do cumprimento das normas sanitárias e pela contribuição à organização do mercado.

O arcabouço legal angolano assume, assim, papel relevante no enfrentamento desses desafios, ao estabelecer mecanismos de controle, fiscalização e proteção do consumidor. Todavia, a efetividade dessas normas depende não apenas de sua existência formal, mas também do fortalecimento das instituições reguladoras, da ampliação da capacidade de fiscalização e da articulação entre políticas públicas voltadas à segurança alimentar e ao desenvolvimento econômico sustentável. A realidade dos mercados informais em Angola reflete, de forma expressiva, esse cenário regional africano. Tais espaços desempenham papel central no abastecimento alimentar das populações urbanas, especialmente em centros como Luanda, mas também apresentam riscos relevantes à saúde dos consumidores em razão da fragilidade das condições de comercialização e da insuficiência dos mecanismos de controle.

Conforme assinala Vunda et al. (2025), a informalidade comercial, embora cumpra funções econômicas essenciais, pode ampliar a vulnerabilidade dos consumidores diante da ausência de fiscalização regular e da precariedade das condições de manipulação dos alimentos. Nesse contexto, a criação da ANIESA, em 2020, emerge como tentativa de fortalecimento da intervenção estatal no controle sanitário e econômico. Instituída pelos Decretos Presidenciais n.º 267/20 e n.º 268/20 (Angola, 2020a; Angola, 2020b), a ANIESA configura-se como instituto público dotado de autonomia administrativa e financeira, com a missão de fiscalizar atividades econômicas e assegurar a segurança alimentar em todo o território nacional.

A criação desse órgão representa um marco institucional relevante na reorganização do sistema de fiscalização econômica e sanitária em Angola, sobretudo por buscar reduzir a dispersão de competências anteriormente distribuídas entre diferentes ministérios. Nesse sentido, sua estrutura expressa um esforço governamental voltado ao fortalecimento dos mecanismos de regulação e à ampliação da capacidade estatal de intervenção no setor alimentar. Ainda assim, a literatura evidencia que a existência de um órgão regulador, por si só, não garante a eficácia das ações de controle nos mercados informais, especialmente em contextos marcados por elevada heterogeneidade social, territorial e econômica.

Essa discussão insere-se em uma problemática regional mais ampla. De acordo com Chukwugozie et al. (2024), entre 85% e 95% da demanda alimentar na África Subsaariana é atendida por mercados informais, o que demonstra a centralidade dessas estruturas para a subsistência das populações urbanas e rurais. Ao mesmo tempo, essa dependência revela a magnitude dos desafios relacionados à regulação sanitária e ao controle da qualidade dos alimentos. Cook, Trevenen-Jones e Sivasubramaniam (2024) assinalam que a elevada incidência de doenças transmitidas por alimentos na região está associada, entre outros fatores, à fragilidade dos sistemas de vigilância sanitária, à escassez de recursos humanos e financeiros, à inadequação da infraestrutura e aos baixos níveis de sensibilização acerca das boas práticas de higiene alimentar. Os autores observam, ainda, que o conhecimento teórico dos manipuladores sobre higiene nem sempre se converte em práticas cotidianas seguras.

No caso angolano, paralelamente à criação da ANIESA, a legislação nacional tem buscado responder aos desafios relacionados à segurança alimentar, incorporando normas, diretrizes e manuais de boas práticas voltados às atividades de inspeção sanitária. Contudo, conforme destacam João, Simão e Schultz (2025), a implementação dessas normativas nos mercados informais ainda enfrenta obstáculos significativos, uma vez que a passagem do plano legal para a prática cotidiana exige capacidade institucional, presença territorial, recursos técnicos e adaptação das normas à realidade concreta da economia informal.

Além disso, a segurança alimentar nesses ambientes é influenciada por fatores socioeconômicos mais amplos. Araújo (2021), ao analisar o impacto do programa Kwenda, evidencia que iniciativas de transferência de renda podem ampliar o poder de compra das famílias e melhorar o acesso à alimentação em comunidades vulneráveis. Essa constatação reforça o entendimento de que a segurança alimentar não depende apenas da fiscalização

sanitária, mas também de políticas sociais e econômicas capazes de reduzir a pobreza e fortalecer a resiliência das famílias diante das vulnerabilidades alimentares.

Diante desse panorama, a análise da vigilância sanitária em Angola sugere que a segurança alimentar nos mercados informais depende de uma abordagem multifacetada. Conforme assinala a UNCTAD (2024), a atuação da ANIESA representa um passo importante no fortalecimento da regulação econômica e sanitária; entretanto, para que sua intervenção produza resultados mais consistentes, torna-se necessário ampliar os investimentos em infraestrutura básica, como sistemas de refrigeração, acesso à água e saneamento, além de promover programas contínuos de educação sanitária voltados tanto aos vendedores quanto aos consumidores. Nessa direção, a cooperação entre instituições governamentais e a ampliação da conscientização social aparecem como elementos decisivos para a transformação do setor informal em um espaço menos vulnerável do ponto de vista sanitário e mais integrado às políticas públicas de saúde e desenvolvimento.

SEGURANÇA ALIMENTAR NO CENÁRIO ANGOLANO E O QUADRO INSTITUCIONAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

A discussão sobre segurança alimentar em Angola parte do entendimento de que a Segurança Alimentar e Nutricional constitui um direito fundamental, associado à garantia de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais da população. Nesse contexto, a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN), publicada em 2024, apresenta-se como instrumento orientador das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da resiliência dos sistemas alimentares nacionais (Angola, 2024). Trata-se de uma iniciativa importante para a estruturação de respostas institucionais diante das vulnerabilidades alimentares que afetam o país.

Todavia, a efetividade dessa estratégia enfrenta obstáculos relacionados à vulnerabilidade climática, às fragilidades logísticas e às limitações de infraestrutura, elementos que afetam diretamente a disponibilidade, a estabilidade e a segurança dos alimentos, como aponta a UNCTAD (2024). Essa análise dialoga com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022), segundo a qual sistemas eficientes de controle sanitário constituem pilares essenciais para a redução da incidência de doenças transmitidas por alimentos. Na mesma direção, a FAO (2023) define a segurança alimentar a partir de quatro dimensões

fundamentais: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade. Ao relacionar tais dimensões com a realidade angolana, observa-se que a predominância dos mercados informais no acesso aos alimentos, especialmente entre populações de menor poder aquisitivo, compromete de modo particular a dimensão da utilização, em razão das condições precárias de higiene, armazenamento e conservação dos produtos.

Nesse contexto institucional, a governança da vigilância sanitária em Angola encontra-se centralizada na ANIESA, responsável por reunir atribuições fiscalizadoras anteriormente fragmentadas entre diferentes órgãos (ANIESA, 2023). O sistema normativo que sustenta essa atuação baseia-se na legislação sanitária nacional e em regulamentos específicos voltados ao estabelecimento de padrões higiênicos para atividades comerciais relacionadas aos alimentos. Entretanto, quando esse marco legal é confrontado com a realidade prática dos mercados informais, torna-se evidente a existência de desafios estruturais, operacionais e culturais que limitam sua efetiva implementação.

Essa constatação encontra respaldo empírico no estudo de Henriques-Tumitangua (2026), realizado na cidade de Moçâmedes, província do Namibe. Segundo o autor, a qualidade higiênico-sanitária de alimentos comercializados em mercados informais apresenta fragilidades importantes, ao mesmo tempo em que a fiscalização se mostra intermitente e carente de recursos técnicos que permitam monitoramento microbiológico contínuo. Tal evidência revela uma lacuna significativa entre o aparato normativo existente e sua efetiva aplicação no cotidiano das atividades comerciais. Assim, embora o quadro institucional angolano tenha avançado com a criação da ANIESA e com a consolidação de normas voltadas à segurança alimentar, persistem desafios substantivos para que a vigilância sanitária alcance maior abrangência, regularidade e efetividade nos mercados informais.

REALIDADE DOS MERCADOS INFORMAIS EM ANGOLA E IMPLICAÇÕES PARA A VIGILÂNCIA SANITÁRIA

A dinâmica dos mercados informais em Angola evidencia a coexistência entre intensa circulação de produtos e graves deficiências estruturais, sobretudo no que se refere à cadeia de frio, ao armazenamento e às condições de higiene. Em cidades como Luanda, Uíge, Huambo, Lúena e Huíla, muitas dessas áreas comerciais, popularmente designadas como “praças”, funcionam em terrenos baldios ou em locais sem pavimentação adequada, circunstância que favorece a contaminação cruzada entre os alimentos e o ambiente (FAO,

2023). Nessas condições, a manipulação de produtos altamente perecíveis, como carnes e pescados, frequentemente ocorre sem refrigeração apropriada, contribuindo para a deterioração acelerada dos alimentos e para a elevação dos riscos biológicos associados ao consumo.

Henriques-Tumitangua (2026) corrobora essa realidade ao demonstrar que a qualidade higiênico-sanitária de peixes comercializados em mercados informais apresenta níveis de contaminação superiores aos padrões aceitáveis. O autor também chama atenção para o baixo nível de conhecimento dos vendedores acerca das boas práticas de manipulação de alimentos. Esse quadro sugere que, embora a vigilância sanitária esteja formalmente presente, sua atuação ainda tende a concentrar-se em ações pontuais de apreensão e repressão, sem conseguir instituir um sistema contínuo de monitoramento, acompanhamento técnico e educação sanitária, tal como também observa Tull (2021).

Ao ampliar a análise para o conjunto da África Subsaariana, percebe-se que os mercados informais configuram ambientes particularmente vulneráveis à ocorrência de múltiplos riscos sanitários. Entre os principais, destacam-se contaminações microbiológicas provocadas por bactérias patogênicas, como *Salmonella*, *Escherichia coli* e *Staphylococcus aureus*. Maia (2023) destaca que essas contaminações decorrem, em grande medida, de práticas inadequadas de manuseio, da ausência de higiene pessoal dos vendedores e da utilização de água não potável durante o preparo ou a conservação dos alimentos. A contaminação cruzada, por sua vez, é frequentemente favorecida pela proximidade entre alimentos crus e preparados, bem como pela utilização de utensílios e superfícies sem higienização adequada.

Somam-se a esses fatores a inexistência de sistemas apropriados de refrigeração para produtos perecíveis, a exposição constante dos alimentos à poeira, insetos, roedores e intempéries, além de sua comercialização em áreas próximas a resíduos sólidos e esgoto a céu aberto. De acordo com a OMS (2022), a insuficiência de conhecimentos básicos sobre higiene e segurança alimentar por parte de muitos manipuladores agrava ainda mais esse cenário, resultando em práticas inadequadas que colocam em risco a saúde dos consumidores. Em razão disso, a vigilância sanitária enfrenta não apenas desafios de fiscalização, mas também a necessidade de desenvolver ações educativas e preventivas capazes de promover mudanças concretas nas práticas de comercialização e manipulação dos alimentos.

BARREIRAS E ESTRATÉGIAS PARA O FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA NOS MERCADOS INFORMAIS

A atuação da vigilância sanitária nos mercados informais em Angola encontra-se condicionada por um conjunto de barreiras estruturais, organizacionais e socioculturais que limitam a eficácia das ações de controle e promoção da saúde pública. Entre os principais entraves, destaca-se a ampla extensão territorial e a dispersão espacial desses espaços comerciais, fatores que dificultam a realização de inspeções sistemáticas e contínuas pelos órgãos responsáveis. A essa dificuldade soma-se o elevado número de comerciantes, o que impõe limites operacionais às instituições fiscalizadoras.

Outro aspecto relevante refere-se à resistência de parte dos vendedores aos processos de formalização e regularização sanitária. Em muitos casos, tais medidas são percebidas como potenciais ameaças à sobrevivência econômica, uma vez que a atividade comercial nesses mercados constitui a principal fonte de subsistência para numerosas famílias. Essa percepção tende a produzir distanciamento entre comerciantes e agentes institucionais, dificultando a adesão às normas sanitárias e fragilizando a relação entre fiscalização e orientação.

Henriques-Tumitangua (2026) ressalta que a limitação de recursos humanos, técnicos e financeiros compromete significativamente a capacidade operacional dos órgãos fiscalizadores. Essas limitações reduzem a frequência das inspeções, dificultam a implementação de programas permanentes de capacitação e restringem o alcance das campanhas educativas dirigidas aos comerciantes. Além disso, a vulnerabilidade estrutural de muitos mercados informais constitui obstáculo adicional à implementação de práticas sanitárias adequadas. A ausência ou irregularidade no fornecimento de água potável, a insuficiência de saneamento básico e a carência de energia elétrica dificultam a adoção de padrões mínimos de higiene na manipulação e conservação de alimentos.

Diante desse quadro, o fortalecimento da vigilância sanitária exige estratégias integradas que articulem ações educativas, intervenções estruturais e mecanismos de participação comunitária. Nesse sentido, programas de formação destinados aos operadores de alimentos assumem papel central, sobretudo quando enfatizam higiene pessoal, técnicas seguras de manipulação e formas adequadas de conservação dos produtos. A educação sanitária, quando desenvolvida de forma contínua e contextualizada, contribui para a constituição de uma cultura de prevenção e corresponsabilidade em relação à saúde pública.

De forma complementar, a melhoria das condições físicas dos mercados apresenta-se como medida estratégica indispensável para viabilizar a aplicação das normas sanitárias. Investimentos em acesso à água potável, construção de instalações sanitárias adequadas, implementação de sistemas de gestão de resíduos sólidos e melhoria da infraestrutura de conservação dos alimentos podem favorecer a constituição de ambientes comerciais mais seguros e compatíveis com as exigências de proteção à saúde. Além disso, torna-se necessário adaptar as práticas de fiscalização à dinâmica específica desses espaços econômicos. Iniciativas de vigilância comunitária, associadas ao estímulo à autogestão das práticas de higiene por parte dos próprios comerciantes, podem ampliar o alcance das ações sanitárias e fortalecer o senso de corresponsabilidade coletiva.

Por fim, o estabelecimento de parcerias entre a ANIESA, autoridades locais, organizações não governamentais e representantes da sociedade civil pode contribuir para a construção de soluções mais eficazes, sustentáveis e socialmente contextualizadas. A articulação entre diferentes atores institucionais e comunitários favorece o desenvolvimento de estratégias culturalmente adequadas e alinhadas às necessidades concretas dos mercados informais. Assim, o fortalecimento da vigilância sanitária em Angola depende de uma abordagem que reconheça a complexidade desses espaços e combine regulação, educação, infraestrutura e participação social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica e documental desenvolvida neste estudo permitiu identificar que a atuação da vigilância sanitária nos mercados informais em Angola se realiza em um campo marcado por tensões entre a necessidade de proteção da saúde pública e a centralidade socioeconômica da informalidade no abastecimento alimentar. Os resultados evidenciam, inicialmente, que a criação da Autoridade Nacional de Inspeção Econômica e Segurança Alimentar (ANIESA), em 2020, constituiu um avanço institucional relevante, ao reorganizar competências antes dispersas e conferir maior centralidade à fiscalização econômica e sanitária no país. Entretanto, a literatura examinada também demonstra que a existência de um aparato normativo e institucional mais robusto não tem sido suficiente, por si só, para assegurar a efetividade do controle sanitário nos mercados informais.

Os dados analisados sugerem que os mercados informais angolanos permanecem como espaços de alta vulnerabilidade sanitária, especialmente em razão da precariedade infraestrutural, da ausência de cadeia de frio para alimentos perecíveis, das limitações no acesso à água potável, da fragilidade dos sistemas de saneamento e da exposição direta dos alimentos à poeira, a vetores e a resíduos. Nesse sentido, a pesquisa de Henriques-Tumitangua (2026) reforça que, em mercados informais de Angola, a qualidade higiênico-sanitária de determinados produtos, como o pescado, revela níveis de contaminação acima dos parâmetros desejáveis, o que confirma a presença de riscos concretos à saúde coletiva. Esses achados dialogam com a literatura internacional sobre segurança alimentar em contextos de informalidade, a exemplo de Jaffee e Henson (2024), Cook, Trevenen-Jones e Sivasubramaniam (2024) e Sheehama et al. (2025), que identificam problemas semelhantes em diferentes países da África Subsaariana.

Ao mesmo tempo, os resultados mostram que a problemática não pode ser reduzida a uma leitura estritamente higienista ou repressiva. Os mercados informais não constituem apenas espaços de circulação de riscos, mas também territórios fundamentais de subsistência, geração de renda e acesso da população a alimentos de menor custo. Em Angola, assim como em outros países africanos, grande parte da população depende desses circuitos para satisfazer necessidades alimentares cotidianas, o que torna inadequada qualquer abordagem que se limite à repressão ou à simples eliminação dessas práticas comerciais. Tal constatação converge com os argumentos de Tull (2021), Adedeji e Van Der Lingen (2025) e Vunda et al. (2025), segundo os quais os mercados informais desempenham papel econômico e social estratégico, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e fragilidade do emprego formal.

Desse modo, um dos principais resultados desta investigação consiste na compreensão de que a vigilância sanitária, no caso angolano, precisa ser interpretada para além de seu viés coercitivo, assumindo caráter pedagógico, preventivo e articulador. Braga e Peixoto (2020) já assinalavam que a vigilância sanitária não deve ser entendida apenas como prática de inspeção e punição, mas como campo institucional voltado à proteção e à promoção da saúde. A análise do caso angolano confirma essa perspectiva, uma vez que a fiscalização exclusivamente repressiva tende a encontrar limites objetivos em cenários marcados pela informalidade estrutural, pela baixa capacidade de regularização imediata dos

comerciantes e pela insuficiência das condições materiais mínimas para o cumprimento integral das normas sanitárias.

A primeira síntese analítica dos resultados pode ser observada na Tabela 1, que sistematiza os principais achados referentes aos riscos sanitários, às suas causas estruturais e às respectivas implicações para a atuação da ANIESA.

Tabela 1 – Síntese analítica dos principais riscos sanitários observados nos mercados informais em Angola

Dimensão analítica	Evidências identificadas	Implicações para a vigilância sanitária
Infraestrutura precária	Ausência de pavimentação, saneamento deficiente, acesso irregular à água potável e energia elétrica	Limita a implementação de boas práticas sanitárias e dificulta o cumprimento das normas regulatórias
Conservação inadequada dos alimentos	Falhas na cadeia de frio, armazenamento inadequado de carnes, peixes e outros perecíveis	Eleva o risco de deterioração dos alimentos e de proliferação microbiológica
Higiene e manipulação	Baixo conhecimento técnico de vendedores e práticas inadequadas de higiene pessoal e manuseio	Exige ações contínuas de educação sanitária e formação orientada
Exposição ambiental	Contato dos alimentos com poeira, insetos, resíduos sólidos e esgoto a céu aberto	Aumenta a contaminação cruzada e compromete a inocuidade alimentar
Fiscalização intermitente	Inspeções pontuais, baixo monitoramento contínuo e carência de recursos técnicos	Reduz a efetividade da ação estatal e favorece persistência dos riscos
Informalidade estrutural	Ausência de licenciamento, registros limitados e resistência à formalização	Impõe necessidade de estratégias regulatórias adaptadas ao contexto socioeconômico

Fonte: Elaborada com base em ANIESA (2023), FAO (2023), Henriques-Tumitangua (2026), OMS (2022), Jaffee e Henson (2024) e Kubota et al. (2025).

A partir dos elementos apresentados na Tabela 1, observa-se que os riscos sanitários encontrados não decorrem exclusivamente de falhas individuais dos comerciantes, mas de um conjunto de condições estruturais que produzem e reproduzem a vulnerabilidade dos mercados informais. Esse aspecto é central para a discussão dos resultados, pois desloca a análise de uma perspectiva moralizante para uma compreensão sistêmica do problema. Em outras palavras, a insegurança alimentar nesses espaços não resulta apenas da ausência de

fiscalização, mas também da coexistência entre pobreza urbana, infraestrutura deficitária, baixa capacidade institucional e circulação alimentar em ambientes pouco regulados.

Outro resultado importante refere-se aos limites operacionais da ANIESA. Embora sua criação represente um avanço institucional, a literatura aponta que o órgão ainda enfrenta barreiras significativas para consolidar presença contínua, capilaridade territorial e capacidade técnica compatível com a complexidade dos mercados informais. Entre essas barreiras destacam-se a escassez de recursos humanos e financeiros, a dificuldade de monitoramento em áreas extensas e dispersas, a insuficiência de equipamentos para análises laboratoriais e a fragilidade dos mecanismos permanentes de educação sanitária. Esses resultados corroboram as observações de João, Simão e Schultz (2025), segundo os quais a transição do plano normativo para a prática cotidiana depende de presença institucional constante, capacidade de adaptação regulatória e investimento público continuado.

Nesse ponto, a análise permite afirmar que a efetividade da vigilância sanitária em Angola depende menos da ampliação de ações exclusivamente punitivas e mais da construção de um modelo regulatório integrado. Tal modelo precisa combinar fiscalização, orientação, educação sanitária, melhoria de infraestrutura e participação social. A experiência de diferentes contextos africanos analisados na literatura demonstra que abordagens repressivas, quando dissociadas de estratégias educativas e de apoio à adequação dos espaços de comercialização, tendem a produzir baixa adesão dos comerciantes e reduzido impacto na mudança das práticas. Em contraste, abordagens baseadas em regulação progressiva, formação continuada e fortalecimento de capacidades locais apresentam maior potencial de sustentabilidade.

A segunda síntese analítica do estudo, apresentada na Tabela 2, procura sistematizar os principais desafios identificados e as estratégias de enfrentamento apontadas pela literatura e pelos documentos examinados.

Tabela 2 – Desafios e perspectivas para o fortalecimento da atuação da ANIESA nos mercados informais

Desafios identificados	Efeitos observados		Perspectivas e estratégias de enfrentamento
Dispersão territorial dos mercados	Dificuldade sistemática limitada	de inspeção e cobertura	Planejamento territorial das ações e ampliação da presença descentralizada

Escassez de recursos humanos e técnicos	Fiscalização irregular e baixa capacidade de monitoramento contínuo	Reforço institucional, formação técnica e ampliação do quadro de fiscalização
Resistência à formalização	Baixa adesão às normas e distanciamento entre comerciantes e Estado	Fiscalização orientadora, mediação comunitária e regularização progressiva
Baixo conhecimento sanitário dos vendedores	Persistência de práticas inadequadas de manipulação e conservação	Programas contínuos de educação sanitária e capacitação prática
Infraestrutura inadequada dos mercados	Dificuldade de cumprir padrões mínimos de higiene e segurança	Investimentos em água, saneamento, energia, refrigeração e gestão de resíduos
Fragmentação interinstitucional	Respostas insuficientes e desarticuladas ao problema	Parcerias entre ANIESA, poder local, setor da saúde e organizações comunitárias
Vulnerabilidade socioeconômica dos comerciantes	Prioridade da sobrevivência econômica sobre adequação sanitária imediata	Políticas integradas de segurança alimentar, inclusão produtiva e proteção social

Fonte: Elaborada com base em Braga e Peixoto (2020), ANIESA (2023), UNCTAD (2024), João, Simão e Schultz (2025), Araújo (2021), Tull (2021) e Adedeji e Van Der Lingen (2025).

A Tabela 2 permite perceber que os desafios enfrentados pela ANIESA não se restringem à dimensão técnica da inspeção, mas envolvem igualmente fatores territoriais, econômicos, culturais e institucionais. A resistência à formalização, por exemplo, não pode ser interpretada unicamente como recusa à legalidade; em muitos casos, ela expressa o receio legítimo de perda de renda e de inviabilização do trabalho. Assim, os resultados da presente pesquisa reforçam a necessidade de uma leitura socialmente situada da vigilância sanitária, capaz de reconhecer que a proteção da saúde pública precisa caminhar de forma articulada com políticas de inclusão econômica e apoio à transição regulatória.

No plano da discussão, verifica-se que a literatura converge em torno da defesa de estratégias intersetoriais. A segurança alimentar, especialmente em circuitos informais, não depende apenas da autoridade fiscalizadora, mas da articulação entre vigilância sanitária, políticas de infraestrutura urbana, ações educativas, proteção social, desenvolvimento local e apoio aos pequenos comerciantes. A ENSAN (Angola, 2024) e os documentos da FAO (2023) e da OMS (2022) apontam precisamente para essa compreensão ampliada, na qual a segurança alimentar deve ser pensada em suas dimensões de disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade. No caso angolano, a principal fragilidade observada nos mercados informais concentra-se justamente na dimensão da utilização, pois as condições inadequadas de

higiene, armazenamento e manipulação comprometem a segurança sanitária dos alimentos consumidos pela população.

Os resultados também evidenciam que a ANIESA pode desempenhar papel estratégico na reconfiguração desse cenário, desde que sua atuação seja fortalecida institucionalmente e orientada por princípios de regulação contextualizada. Isso significa reconhecer a necessidade de adaptar os mecanismos de fiscalização às especificidades dos mercados informais, evitando a simples transposição de padrões concebidos para circuitos formais de comercialização. Nesse aspecto, a noção de vigilância sanitária orientadora revela-se especialmente pertinente, pois permite combinar autoridade normativa com ação pedagógica, ampliando as possibilidades de adesão dos comerciantes e de transformação progressiva das práticas cotidianas.

Em síntese, os resultados desta investigação indicam que a vigilância sanitária em Angola ocupa lugar central no enfrentamento dos riscos associados à comercialização de alimentos em mercados informais, mas sua efetividade permanece condicionada por limitações estruturais e institucionais. A ANIESA representa um passo importante na consolidação do quadro regulatório nacional; contudo, a superação dos desafios identificados requer investimentos públicos, fortalecimento técnico, ampliação das ações educativas e construção de mecanismos cooperativos entre Estado, comerciantes e comunidades. A discussão dos resultados permite concluir, portanto, que a segurança alimentar nos mercados informais não será assegurada por ações isoladas de fiscalização, mas por uma abordagem integrada, territorialmente sensível e socialmente comprometida com a proteção da saúde coletiva e com a realidade econômica da população angolana.

CONCLUSÃO

O presente estudo permitiu analisar o papel da vigilância sanitária no controle da qualidade e da segurança dos alimentos comercializados em mercados informais em Angola, com destaque para os desafios e as perspectivas da atuação da Autoridade Nacional de Inspeção Económica e Segurança Alimentar (ANIESA). A investigação evidenciou que os mercados informais ocupam posição central no abastecimento alimentar da população angolana e constituem, simultaneamente, espaços de subsistência econômica e de vulnerabilidade sanitária. Essa dupla condição exige que sua análise ultrapasse abordagens

simplificadoras, reconhecendo tanto sua importância socioeconômica quanto os riscos à saúde coletiva decorrentes das condições precárias de comercialização dos alimentos.

Os resultados demonstraram que a criação da ANIESA, em 2020, representou um avanço institucional significativo no processo de reorganização da regulação econômica e sanitária em Angola. A centralização de competências e o fortalecimento do aparato de inspeção sinalizam um compromisso estatal com a proteção do consumidor e com a segurança alimentar. Entretanto, a pesquisa também revelou que a efetividade dessa atuação permanece limitada por um conjunto de fatores estruturais, operacionais e socioculturais, entre os quais se destacam a precariedade da infraestrutura dos mercados, a insuficiência de água potável e saneamento, a carência de equipamentos adequados de conservação, a escassez de recursos humanos e técnicos, a dispersão territorial dos espaços de venda e a resistência de parte dos comerciantes aos processos de formalização.

A análise permitiu compreender que os riscos sanitários presentes nos mercados informais angolanos não decorrem apenas de condutas individuais inadequadas, mas de condições materiais e institucionais que dificultam o cumprimento das normas de higiene e segurança alimentar. Por essa razão, conclui-se que a vigilância sanitária não pode restringir-se a medidas de caráter repressivo e punitivo. Ao contrário, sua efetividade depende da consolidação de um modelo integrado de intervenção, capaz de articular fiscalização, educação sanitária, melhoria das infraestruturas, fortalecimento institucional e cooperação intersetorial.

Do ponto de vista das perspectivas, o estudo aponta que o fortalecimento da ANIESA passa, necessariamente, pela ampliação de sua capacidade técnica e territorial, pela implementação de programas permanentes de formação para vendedores, pela adaptação das estratégias de inspeção à realidade dos mercados informais e pelo estabelecimento de parcerias entre instituições governamentais, autoridades locais, organizações comunitárias e sociedade civil. Também se torna fundamental promover investimentos em saneamento, acesso à água potável, gestão de resíduos e sistemas de conservação de alimentos, uma vez que a segurança alimentar depende não apenas da norma jurídica, mas das condições concretas que permitem sua aplicação.

Conclui-se, portanto, que o papel da vigilância sanitária no controle da qualidade e da segurança dos alimentos comercializados em mercados informais em Angola é essencial, mas somente produzirá resultados consistentes se for desenvolvido a partir de uma abordagem

multissetorial, pedagógica e socialmente contextualizada. A ANIESA possui potencial para consolidar-se como agente estratégico nesse processo, desde que sua atuação seja acompanhada de políticas públicas mais amplas de inclusão socioeconômica, infraestrutura urbana e promoção da saúde. Em última instância, assegurar alimentos seguros nos mercados informais angolanos significa não apenas reduzir riscos sanitários, mas também fortalecer o direito à alimentação adequada, à saúde pública e à dignidade social.

REFERÊNCIAS

ADEDEJI, F. T.; VAN DER LINGEN, E. An integrated review of public health laws, informal food markets, and risk-based approaches for small food businesses in Southern Africa Development Communities. Preprints.org, 2025.

ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 267/20, de 20 de outubro de 2020. Cria a Autoridade Nacional de Inspeção Económica e Segurança Alimentar (ANIESA). Diário da República de Angola, Luanda, I Série, n. 164, 2020a.

ANGOLA. Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN). Luanda: Governo de Angola, 2024.

ANIESA. Relatórios institucionais sobre inspeção e segurança alimentar em Angola. Luanda: ANIESA, 2023.

ARAÚJO, I. L. P. O impacto do Programa Kwenda na segurança alimentar dos beneficiários da Cacula (Angola). 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Agostinho Neto, Luanda, 2021.

BRAGA, C. J. M. B.; PEIXOTO, M. G. B. Comida de rua: compreender para intervir. Nutrivisa: Revista de Nutrição e Vigilância em Saúde, v. 7, p. 1-15, 2020.

CHUKWUGOZIE, D. C. et al. Combatting food fraud in Sub-Saharan Africa: strategies for strengthened safety and security. Trends in Food Science & Technology, v. 150, p. 104575, 2024.

COOK, B.; TREVENEN-JONES, A.; SIVASUBRAMANIAM, B. First-ever guidelines to help African governments improve food safety in informal food markets to be developed. CGIAR, 2024.

DICKSON-GOMEZ, J. et al. Water, sanitation, and hygiene challenges in informal settlements in Kampala, Uganda: a qualitative study. International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 20, n. 12, p. 6181, 2023.

FAO. La situación mundial de la alimentación y la agricultura. Roma: Food and Agriculture Organization, 2020.

FAO. The state of food security and nutrition in the world. Rome: FAO, 2023.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

HENRIQUES-TUMITANGUA, C. A. Avaliação da qualidade higiênico-sanitária de peixes comercializados em mercados informais na cidade de Moçâmedes, província do Namibe. Portal de la Ciencia, Namibe, v. 1, n. 1, p. 10-25, 2026.

JAFFEE, S.; HENSON, S. Promoting food safety in the informal markets of low- and middle-income countries: the need for a rethink. Food Protection Trends, v. 44, p. 324-335, 2024.

JOÃO, R. M.; SIMÃO, J. S. D.; SCHULTZ, G. Assessment of the quality and safety of fast food sold on the streets of the Benfica Urban District, Angola. Studies in Management and Regulation, 2025.

KUBOTA, J. P. Y. P. C. et al. Risco epidemiológico de zoonoses transmitidas por alimentos de origem animal vendidos sem inspeção: uma análise em mercados informais. Observatório de la Economía Latinoamericana, v. 23, n. 8, e11077, 2025.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MEDEIROS, A. A. de; SOUZA, F. F. S. Práticas de higiene dos manipuladores de alimentos de rua e seu impacto na transmissão de doenças transmitidas por alimentos (DTAs). Caderno Pedagógico, v. 23, n. 2, 2026.

MINAYO, M. C. de S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

OMS. Global strategy for food safety 2022-2030. Geneva: World Health Organization, 2022.

ROSA, G. F. S.; OLIVEIRA, J. A. S. A gestão compartilhada dos programas integrados de residência em medicina de família e comunidade e multiprofissional em saúde da família em um município da região metropolitana de Salvador-BA: uma reflexão sobre os avanços e desafios. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE, 1., 2021, Petrolina. Anais... Petrolina: UNIVASF, 2021. p. 110-111.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2021.

SHEEHAMA, W. L. N. et al. Food safety in informal markets: how knowledge and attitudes influence vendor practices in Namibia. International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 22, n. 4, p. 631, 2025.

TULL, K. The contribution of informal trade for food security in developing economies. Brighton: Institute of Development Studies, 2021. (K4D Helpdesk Report).

UNCTAD. Angola: avaliação do transporte sustentável de mercadorias. Genebra: United Nations Conference on Trade and Development, 2024.

VUNDA, M. et al. O comércio informal de leguminosas secas no mercado transfronteiriço do Luvo entre Angola e a República Democrática do Congo (RDC). Revista Contemporânea, v. 5, n. 1, 2025.